



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ATUARIAIS

DERIK DOMINGUES DE OLIVEIRA

POLÍTICAS SOCIAIS AFIRMATIVAS E EXPANSÃO NACIONAL DO
GOVERNO LULA DE 2003 ATÉ 2013

Avaliação e Impacto das Políticas Sociais Afirmativas no Período de Expansão Governamental
durante o Mandato de Lula (2003-2011)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SÃO PAULO 2023

DERIK DOMINGUES DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS SOCIAIS AFIRMATIVAS E EXPANSÃO NACIONAL DO
GOVERNO LULA DE 2003 ATÉ 2013**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Antônio Carlos de Moraes.

SÃO PAULO 2023

PÁGINA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUCSP. Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Oliveira, Derik Domingues.

Políticas sociais afirmativas e expansão nacional do governo lula de 2003 até 2011 / Derik Domingues de Oliveira – São Paulo, 2023, 40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências
Econômicas

Orientador: Antonio Carlos de Moraes

1. Estrutura histórica da desigualdade 2. Cenário econômico da aplicação das políticas de integração social 3. Políticas externas e desenvolvimento nacional.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais

*Existem apenas duas classes sociais, a dos que
não comem e a dos que não dormem com medo
da revolução dos que não comem*

—Milton Santos

RESUMO

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que abrangeu os anos de 2003 a 2013, o Brasil implementou diversas políticas sociais com o objetivo de lidar com a desigualdade de renda no país. Durante esse período, o governo promoveu aumentos reais no salário mínimo, visando melhorar o poder de compra dos trabalhadores de baixa renda. Investimentos em educação e programas de capacitação profissional também foram implementados para aumentar a empregabilidade da população. Refletindo em diversos indicadores sociais apresentados no trabalho. Essas políticas contribuíram para uma expansão econômica, com foco na classe média do Brasil, levando a uma redução notável na desigualdade de renda e reconhecimento internacional.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. Políticas sociais. Salário-mínimo real. Indicadores sociais

ABSTRACT

During the government of Luiz Inácio Lula da Silva, which spanned from 2003 to 2013, Brazil implemented various social policies aimed at addressing income inequality in the country. During this period, the government promoted real increases in the minimum wage, aiming to improve the purchasing power of low-income workers. Investments in education and professional training programs were also implemented to enhance the employability of the population, as reflected in various social indicators presented in the paper. These policies contributed to economic expansion, with a focus on Brazil's middle class, leading to a significant reduction in income inequality and international recognition.

Keywords: *Income inequality. Social policies. Real minimum wage. Social indicators.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ESTRUTURA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE	9
2.1 PRINCIPAIS FONTES DA DESIGUALDADE HISTÓRICA	10
2.2 CONTORNOS A DESIGUALDADE POR POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	14
3 CENÁRIO ECONÔMICO DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	18
3.1 EXPANSÃO DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO NO BRASIL	19
3.2 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO	21
3.2.1 Salário mínimo relacionado ao poder de compra de cestas básicas	23
3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	23
3.3.1 Programa Bolsa Família	24
4 POLÍTICAS EXTERNAS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL UTILIZANDO AS RESERVAS INTERNACIONAIS COMO APOIO FISCAL	28
4.1 RESERVAS INTERNACIONAIS E A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	29
4.2 DIPLOMACIA MULTILATERALISTA \.....	33
4.3 PINCIPAIS POLÍTICAS EXTERNAS COM A CHINA	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Entre 2003 e 2013, houve uma série de mudanças significativas nas políticas públicas no Brasil, destinadas a reduzir a desigualdade e promover a inclusão social. Isso aconteceu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva. Algumas das principais políticas e programas incluíram o Bolsa Família: Este programa de transferência de renda ajudou milhões de famílias pobres a acessar recursos financeiros para comprar alimentos e melhorar as condições de vida; Programas de Educação: Investimentos significativos foram feitos na educação, com a expansão do acesso à educação básica e superior, além de políticas de cotas para grupos historicamente marginalizados; Acesso a Serviços de Saúde: O governo expandiu o acesso a serviços de saúde gratuitos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Fortalecimento do Mercado de Trabalho: Políticas de aumento do salário mínimo e estímulo ao emprego ajudaram a melhorar as condições de trabalho e a renda da população.

Essas políticas apresentadas no presente trabalho contribuíram para uma redução significativa na pobreza e na desigualdade de renda durante esse período, elevando milhões de brasileiros para fora da pobreza extrema.

Além disso, será comentado formas de expansão nacional corroborando com o desenvolvimento econômico em parcerias internacionais feitas durante o período dos dois mandatos. A fim de demonstrar desenvolvimento econômico, será apresentado qualitativamente a medida mais geral de desenvolvimento que é o aumento da renda por habitante onde mostra um aumento geral da produtividade (BRESSER, 2008: 1)

O trabalho elaborado tem como justificativa a relevância social da explicação de uma possível origem da desigualdade afim de elucidar o processo de formação e dissolução (diminuição) dos parâmetros econômicos como reflexo de determinadas políticas de integração social. Assim a importância histórica deve ser observada com o intuito de contribuir com lacunas no conhecimento científico e possíveis contornos para essas desigualdades. A elaboração desta pesquisa, de caráter bibliográfico, será orientada pela perspectiva comparativa, investigando as divergências e convergências do debate, a partir do ponto de vista de economistas e sociólogos que prezam pelo discurso de elucidação e apresentação da desigualdade no Brasil com ênfase ao período analisado.

O objetivo do presente trabalho é elucidar a forma como a implementação de uma política de integração social é colocada e absorvida pela população mais carente da sociedade e como que tais políticas podem ser utilizadas para a diminuição da concentração de renda,

além da melhoria da qualidade de vida das famílias em vários aspectos como saúde, educação, renda per capita (evolução do salário real), entre outros. É possível notar que as melhorias das políticas públicas têm como foco da discussão a conscientização das disparidades econômicas existentes no país, e assim é possível promover justiça social (BARROS et al, 2007: 13-20).

O trabalho foi distribuído de forma elucidativa entre 3 tópicos, sendo o primeiro uma trilharem histórica e possível formação da estrutura da desigualdade de renda no Brasil, remontando desde 1950 as condições trabalhistas e a qual parcela da população ficou retida as melhores condições de trabalho, demonstrado no primeiro capítulo, além disso é comentado a distribuição pelo estado de São Paulo. Os possíveis contornos as essas situações de desigualdade econômicas que são colocadas em prática com políticas de integração social, logo, o capítulo aborda a forma como a utilização dessas ferramentas são necessárias; O segundo tópico aborda de forma concreta as principais políticas de integração social implementadas pelo governo Lula I e II, seguindo uma linha de raciocínio voltado ao bem-estar das famílias em termos socioeconômicos, demonstra também fatores econômicos relevantes a essa análise, como a evolução do salário mínimo com foco em termo reais, principais linhas de crédito fornecidas, ampliação do sistema público de determinados setores como saúde e educação; O terceiro capítulo demonstra a forma de desenvolvimento nacional baseada no crescimento econômico, com foco em parcerias multilateralistas, principalmente com a China. É demonstrado como o aumento de reservas internacionais são consequências de determinados atos políticos, refletidos em ambientes econômicos, que aumentam as reservas positivamente.

2 ESTRUTURA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE

A estrutura histórica que compõe a desigualdade no Brasil de forma descritiva tratada nesse trabalho mostra a pobreza e desigualdade na sua possível origem e fonte mantedora, a fim de conhecer o cenário com que a concentração de renda se desenvolve e há relativa redução devido a políticas de afirmativas de integração social implantadas no período de 2003 até 2013.

Ao longo da história do Brasil, várias práticas e estruturas sociais contribuíram para manter essa desigualdade. Isso incluiu a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego justas e serviços públicos básicos para a maioria da população. Além disso, a distribuição desigual de terras e recursos naturais também desempenhou um papel importante na perpetuação da desigualdade.

Nesse contexto será analisado uma possível origem do processo de desigualdade de renda com uma ótica historicista. Assim, será comentador questão da pobreza em seu aspecto mais

específico, que é a falta de renda adequada e necessária, definindo a pobreza relativa como aquela que afeta famílias cuja renda per capita não atinge o nível mínimo necessário para atender às necessidades básicas. A magnitude da pobreza é medida pelo número de pessoas em famílias com renda per capita abaixo de uma linha de pobreza específica, e quão distantes essas famílias estão desse limite. Além disso, será abordado como a pobreza não resulta principalmente da escassez total de recursos na economia, seja ela absoluta ou relativa, e a pobreza decorre de uma distribuição inadequada de recursos e de uma gestão menos eficaz desses em comparação com outros níveis de outros países.

Será elucidado como ocorreu a distribuição de trabalhadores entre municípios e sua formação até períodos mais contemporâneos, a fim de demonstrar que o processo histórico de distribuição de renda ocorreu de forma específica e direcionada. Em suma, é preciso considerar que não houve políticas voltadas para a integração social de determinada parcela da população. Claro, aqui está uma versão mais formal e adequada para um trabalho acadêmico:

O capítulo destaca a eficácia de políticas públicas no Brasil em benefício da população mais carente, concentrando-se em três pilares fundamentais: saúde, educação e combate à fome, além de políticas de aumento de renda, contudo, são examinadas as alterações em parâmetros econômicos específicos, como linhas de crédito e salários reais, a fim de demonstrar como as políticas de estruturação social voltadas para a faixa mais empobrecida da sociedade podem proporcionar benefícios significativos. Isso também abre espaço sobre a redução da concentração de renda como resultado dessas práticas de políticas públicas.

2.1 PRINCIPAIS FONTES DA DESIGUALDADE HISTÓRICA

Consideramos a pobreza na sua dimensão mais particular, é a insuficiência de renda, pobreza relativa as famílias com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo e necessário para que possam fazer suas necessidades básicas, logo a magnitude disso é o número de pessoas, agrupadas em famílias, com renda per capita abaixo de determinada linha de pobreza e qual margem essas famílias estão desse limite.

Um dos principais parâmetros que demonstram essa incidência não é prioritariamente a escassez agregada de recursos, seja ela absoluta ou relativa, por mais que exista muitas famílias abaixo de determinado nível, a pobreza não vem diretamente de recursos relativamente escassos dispostos na economia, seguido de uma má distribuição como consequência de maneira menos eficiente de uma administração de recursos, comparativamente com outros países (BARROS et al, 2000: 124).

No Brasil, a estrutura de trabalho comumente usada na década de 1950 foi a ocupação agrária, que se caracteriza pela alta concentração do valor apropriado e conseqüentemente concentrado em determinados setores, principalmente nos estados mais aos centros comerciais da época, nesse ambiente além do subemprego e das diferentes técnicas produtivas, é possível notar uma fonte de desigualdade que historicamente progrediu junto com as atividades econômicas.

Após esse período é vista uma mudança nessa estrutura trabalhista uma vez que grande parte dos trabalhadores migraram para o mundo urbano, tendo um fluxo da agricultura para a indústria, conseqüentemente afirma-se que há um processo de elevação de renda média com que os brasileiros lidavam para esses períodos, em contrapartida houve aqueles que não tiveram apoio do estado e não foram colocados diante de políticas de integração adequadas. A expansão da oferta de trabalho não acompanhou parte da demanda que os brasileiros necessitavam, logo é de se esperar que além dos trabalhadores informais, não houvesse condição de parte dos trabalhadores terem seus devidos empregos integrados a sociedade, muitos marginalizados. Com isso, há divergência de recebimento de renda segundo a qualificação do trabalhador que de forma histórica se mostrou contínua e persistente ao longo dos anos (MEDEIROS, C. A p. 6). A principal base é demonstrar que através da procura por centralidade à ocupação, ou seja, o trabalho como elemento que dá estrutura, não confundir com o fator trabalho, mas sim como essa ocupação é dada e como se concretiza na sociedade. Segundo Gomes (2016, p. 238), um dos principais aspectos do ano de 2000 até 2010 no setor urbano e rural, é o número de dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores que são maiores em municípios com pelo menos 500mil de habitantes, uma vez que grandes metrópoles têm mais chances de ter trabalhadores de maior nível educacional com recebimento de renda maior. Assim já possível perceber que grande parte da renda agregada está concentrada em municípios com maior número de indivíduos, conseqüentemente, maior número de trabalhadores e houve um aumento de modo geral das categorias sócio-ocupacionais dos profissionais que já tinham nível superior, ou seja, ocupações que requerem atributo superior de escolaridade. Para que seja possível a análise, cabe o trabalho avaliar a desigualdade de renda segundo seu porte populacional, logo é analisado o rendimento médio do trabalho para aqueles que apresentam uma posição inferior na hierarquia social que são trabalhadores não especializados, foco de caráter descritivo presente no trabalho. (GOMES, 2016, p.239-240).

Há agora dois pontos que podem ser considerados como possível fonte da desigualdade no Brasil, oriunda do século XIX como forma mais recente e direta de desigualdade. Cabe aqui mencionar que os processos relacionados à formação da desigualdade são inúmeros e nesse

capítulo é exposta uma das plausíveis origens da desigualdade pelo seu passado histórico, para assim poder ser explicado como políticas governamentais aplicadas foram de relativa eficiência ao combate à desigualdade, mostrando essas políticas, uma vez que refletidas em índices demonstrados em repositórios do IPEADATA por Barros, Foguel, Ulyssea, (2006, p. 15 – 19).

Um primeiro ponto a ser destacado é uma possível origem da desigualdade que se dá pela falta de políticas voltada a integração de indivíduos nos processos de êxodo rural em direção às cidades ocorridos no Brasil na década de 1950, e que repercutem na forma como os indivíduos se comportam dentro do período de estudo. Dessa forma ao terem trabalhadores que integram parte da cidade a época, alguns não obtiveram de forma equivalente a estrutura necessária para ingressar nos trabalhos de relativa tecnologia maior e dessa forma é possível notar que houve uma assimetria entre crise e crescimento, uma vez que em sua origem se dá a concentração de renda e em um segundo momento se nota uma rigidez nos processos de reversão do caso a fim de atingir um maior bem-estar coletivo. Ao contrário do que se imagina pelas políticas de industrialização de Vargas, presidente da época, cabe mencionar que esse processo foi o estopim de uma concentração de renda desencadeada nos anos seguintes, não houve a mobilização urbana pelo fato de haver indústrias, mas sim pela alta densidade demográfica da época combinada com a entrada de imigrantes em massa. Essas estruturas de cidades que comportam antigos agricultores de culturas heterógenas e de elevada concentração fundiária, favoreceram a heterogeneidade e em consequência a concentração (MEDEIROS, C. A. 2002, p. 194).

Com as mudanças na forma como eram encaradas as políticas macroeconômicas, após 1964 por haver instituições políticas com caráter autoritário, era propagado um regime que tinha taxas nos juros e taxas de câmbio indexados e em destaque o salário mínimo real decrescente, conjunto de ideias que abrangiam o modelo de crescimento econômico onde existia uma alta pobreza pela região rural e como consequência um grande fluxo de migratório dessas mesmas massa de trabalhadores. Os salários dos trabalhadores qualificados, a estrutura latifundiária e os rentistas exerciam uma forte influência e uma pressão política sobre a classe trabalhadora, contribuía para o enrijecimento das condições de concentração de renda. Na década de 1970, as condições se tornavam mais favoráveis ao Brasil, uma vez que o crescimento econômico se mostrava liderado pela indústria, a expansão dos meios de trabalho começava a tomar -se mais concretos, assim tanto o trabalhador qualificado e o não-qualificado tomavam espaço nas áreas urbanas, e como consequência maior força sindicalista, além de aumentar a demanda por alimentos que ajudou a fortalecer ainda mais as condições na indústria alimentar. Durante a década houve uma diminuição na tendência que os mercados brasileiros tinham de concentrar renda, demonstrando uma relação entre a população menos economicamente excludente.

Também chamada década de ouro, na década de 1970 o Brasil mostrava sinais de um declínio de desigualdade das tendências das décadas passadas, e em contrapartida, para a década seguinte houve crises macroeconômicas que desestabilizaram a economia onde o momento de crescimento teve sua inflexão corroborada com a década de 1990, caracterizada pelo baixo crescimento e instável. O principal parâmetro que colaborou para essa inflexão foi as crescentes taxas de inflação que ocorreram na época, corroendo os salários reais dos trabalhadores e taxas decrescentes na renda per capita, colaborando com a instabilidade financeira deles.

Seu desenvolvimento que se mostrava mais acelerado do que as décadas seguinte, uma vez que políticas aplicadas reduziram os impactos da concentração de renda, com a redução dos índices de inflação ocasionados pelo plano real, a maior queda dentro da cesta eram os alimentos em relação aos outros produtos, que além desse principal atenuante houve tanto reformas macroeconômicas que favoreceram, como a elevação do salário mínimo real, contudo, os efeitos de baixo crescimento econômico ocasionaram um efeito oposto, os brasileiros experimentavam uma nova onda da influência negativa que a concentração de renda trazia. Houve o declínio do emprego agrícola e industrial, além das ofertas de empregos públicos declinavam, conseqüentemente o rendimento médio nas principais zonas de massa de trabalhadores acabava por cair o que fazia com que os trabalhadores expandissem as atividades de baixa renda. Oposto a isso, os detentores de ativos financeiros ganham cada vez mais espaço nas zonas de centralização do capital. A fim de comparação, houve uma queda na desigualdade ao entre a década de 1980 até 1990, onde a inflexão do índice de Gini ocorreu durante a década de 1990 (0,616 no começo de 1990 até 0,591 em 1999), voltando a patamares conhecido pelos brasileiros que se manteriam até 2003.

Ao longo dos próximos anos o mercado de trabalho também pode ser gerador de desigualdade se estiver segmentado, logo há uma segmentação espacial, “eventuais reduções nos elevados diferenciais de remuneração entre Unidades de Federação.” (BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006, p.21) que com o passar do tempo não há maior integração entre essas unidades, não contribuindo para a redução do grau de desigualdade de renda. E assim além de haver diferentes remunerações em distintas unidades federativas é possível notar essa diferença dentro da mesma unidade, onde a remuneração é maior nas capitais e menor nos municípios de pequeno porte no interior dos Estados. Assim as políticas aplicadas entre os primeiros anos da introdução desse mecanismo de integração nos anos 2001 até 2004, foram a maior socialização entre os municípios médios e pequenos com as capitais, gerando uma redução na disparidade entre remuneração desses lugares constituídos na mesma unidade de federação. Essa maior integração entre os mercados de trabalho dentro do estado de São Paulo, ajudam a equilibrar

relativamente a base de remuneração, mas condição essa não o suficiente para esgotar a concentração. Além da segmentação espacial é comparável com a segmentação entre indivíduos que compõem o mercado formal e informal, dando um segundo aspecto, dessa vez pessoal baseado na relação social com o capital e estado, e não de caráter geopolítico, que mostra a distinção ao nível ocupacional do trabalhador, onde a disparidade entre a remuneração do trabalho informal e formal aumentou significativamente.

2.2 CONTORNOS A DESIGUALDADE POR POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Após os períodos de instabilidade econômica, o Brasil experimenta a introdução de políticas voltadas a diminuir situações de exclusão social, com conturbadas relações sociais vista ainda como um problema onde foram aplicadas correções as externalidades que iam de acordo com o combate à desigualdade de relativa eficiência. Assim, o presente trabalho coloca em evidência três pilares sobre como essas políticas beneficiaram a população mais carente brasileira, sendo elas a saúde, a educação, fome e as políticas de elevação de renda, além das modificações em determinados parâmetros econômicos como as linhas de crédito e os salários reais, para assim expor como as políticas de estruturação social voltado para faixa mais pobre da sociedade pôde se beneficiar e como a concentração de renda pode ser reduzida com tais práticas.

De modo geral, os setores voltados para a parcela mais carente da população da economia tiveram sua continuidade baseada em mudanças de caráter incremental, as políticas aplicadas foram mais bem aproveitadas nos quesitos de organização da assistência e a gestão na forma de alocação de recursos. (FREITAS, R. C. 2007, p.). Assim, a motivação das políticas sociais é compensatória, buscando corrigir os desequilíbrios causados pela concentração de renda, dessa forma a implantação ou a reestruturação de projetos sociais voltados a determinada classe social contribuem com o desenvolvimento das famílias, havendo maiores chances de integração, como sugestão de órgãos internacionais que impede a população pobre de passar fome. (LESBAUPIN, I. 2006).

As características dos projetos implantados durante a gestão do Governo Lula foram de caráter popular, visando, de certa forma, a corrigir as consequências de concentração de renda e parte do processo de integração dos membros da sociedade mais as periferias. (SILVA, 2015, p. 12). Com o apoio dos programas que permitem milhões de pessoas saírem da pobreza extrema, o Brasil experimentava políticas de reforço da segurança alimentar, ajuda na eliminação da fome e a má nutrição. Como a introdução do programa Fome Zero, lançado em janeiro de 2003, destacando que antes do programa existiam cerca de 50 milhões de brasileiros que viviam abaixo

da linha da pobreza. Este programa de combate a fome voltado para famílias cujo não tenha segurança alimentar, foi implantado com apoio das prefeituras e da sociedade civil.

Políticas de integração ocorridas no Brasil durante o Governo Lula, tiveram notáveis reduções nas fatores de desigualdade e melhoria do bem estar da parcela da população mais carente, uma vez que os índices de desenvolvimento humano (IDH¹), um dos parâmetros contribuintes para a elevação do bem-estar, aumentou de forma mais acelerada do que nos últimos anos ao estudo presente, nos anos 2000 até 2010, em São Paulo, os índices eram de 0,702 e 0,783, respectivamente, razão no período de 0,9545, diferentemente do período de 1991 até 2010, onde o IDH era de 0,578 e 0,702, respectivamente, razão de 0,9271, demonstrando a aceleração no aumento do IDH refletido através de políticas sociais.

As principais ações que o governo introduziu a fim de diminuir a desigualdade, basearam-se em modelos de combate à fome, com programas como o Bolsa Família, uma política de transferência de renda que beneficiou milhões de famílias de baixa renda em todo o país. Isso ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade social, permitindo que as famílias tivessem acesso a recursos básicos, como alimentação e educação. Além disso, o Bolsa Família ajudou a estimular o consumo e a demanda por produtos e serviços, contribuindo para o crescimento econômico e para o aumento significativo do IDH, estimando-se que 5 milhões de habitantes deixaram a extrema pobreza, em modelos de introdução a escolaridade colocando o Brasil ocupa níveis comparativos internacionais, para as categorias de escolaridade de acordo com o Programa internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ocupa a posição 65 nesse ranking.

Outro índice que demonstra que tais políticas que contribuem para a redução da desigualdade de renda é o índice de Gini², onde a relativa redução da desigualdade de renda em 2002 era de 0,589 e em 2011 era de 0,531. Uma das possíveis origens dessa redução de desigualdade foi que o salário-mínimo em termos reais estava acima da inflação, ou seja, nesse período houve maior poder de compra, acompanhada dos esforços para a formalização do mercado de trabalho brasileiro durante o governo. Assim grande parte das políticas implantadas

¹ IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida que busca avaliar o desenvolvimento humano de um determinado país ou região. Ele é calculado com base em três dimensões principais: a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e o PIB per capita.

² O índice de Gini é uma medida estatística que busca medir o grau de desigualdade de uma determinada distribuição de renda. Ele varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a igualdade total, ou seja, todos têm a mesma renda, e 1 representa a desigualdade absoluta, em que apenas uma pessoa tem toda a renda e as demais não têm nada.

na época eram de caráter colaborativo com instituições internacionais, como o Banco Mundial, que expandiu sua carteira de crédito voltado ao Brasil, financiando projetos em áreas de foco no desenvolvimento em especial a área da saúde e da educação, fatores determinantes para a relativa evolução do IDH ao período de análise, e as aplicações fora da esfera de melhoras no índice, acompanhou a melhora das famílias em relação a situação financeira. Durante o período um dos objetivos principais era a elaboração de uma relação de contrarreforma em setores considerados importantes como a educação, a área da saúde e principalmente a reforma tributária do governo, dando continuidade aos processos antecessores de desenvolvimento como as propostas o PSDB e do governo FHC.

Em relação à educação, durante o período de análise, o conteúdo demonstrado nesse trabalho destaca apenas as contribuições na esfera da educação superior. Com ajuda de órgãos internacionais, como o FMI, houve sobretudo políticas voltadas ao financiamento, a avaliação do sistema educacional e aumento das relações entre instituições públicas e privadas, principalmente depois da crise das especulações imobiliárias dos Estados Unidos (JUNIOR, W. M. 2019. p. 220).

Assim principalmente durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio, as políticas voltadas ao ensino superior eram uma resposta direta às crises econômicas mundiais da época, que é posta na abertura dos serviços de educação ao mercado global como forma de transferir os recursos públicos para o setor privado que evidencia a educação superior no Brasil, principalmente com a introdução de políticas de crédito estudantil de baixa renda como o FIES. Além disso as alterações na legislação e na política relacionadas a educação superior tem características interacionais de certa camada da sociedade com a expansão de oferta de educação superior, Júnior aponta que os benefícios foram direcionados ao setor privado, mas ainda sim houve o direcionamento para setores de educação pública.

Podemos perceber isso uma vez que o número de matrículas no ensino superior teve uma taxa de crescimento elevada, até mesmo nos primeiros anos de governo, pois as políticas anunciadas em relação a educação trouxeram uma busca maior por colocação no mercado de trabalho. Desta forma em 2002 o número de matrículas no ensino superior em redes privadas era de 2.422.194, já em 2010 as matrículas somavam cerca de 4.736.001, salto comparativo representando 74,2% do total. Para a rede pública de ensino superior, em 2002 eram 3.436.734 matrículas, e em 2010 alcançaram 4.736.001, sendo notável que as redes de ensino privado tiveram um aumento maior nas matrículas. O principal argumento usado pelo Banco Mundial era que deveria haver inovação e expansão de mão de obra qualificada, pois o capital humano

era uma crescente ideia, que conseqüentemente traz alívio a pobreza, crescimento econômico, aumento da produtividade, entre outros benefícios. (JUNIOR, W. M. 2019. p. 222).

Em relação à saúde, entre 2003 até 2014 foi introduzida no Brasil, uma expansão na carteira de crédito fornecido pelo Banco Mundial onde foi possível incluir cerca de 174 projetos, e, dentre esses 31 eram relacionados a saúde, tendo em vista que para o Banco Mundial, o setor de saúde é uma área estratégica para firmar operações de crédito. Essa contribuição no setor financeiro destinado a saúde fez com que as políticas fossem de acordo com os ideais do Banco Mundial, favorecendo linhas de crédito que beneficiavam a expansão dos complexos industriais relacionados à saúde. O volume de recursos que foram mobilizados aos setores de saúde totalizou um pouco mais de 8 bilhões de dólares, indicando que houve a injeção de recursos no setor da saúde principalmente a partir de 2008, ou seja, no segundo mandato de Lula.

No aspecto de saúde, as implantações foram em níveis específicos uma vez que priorizavam os aspectos públicos e populares que contribuem para a redução da concentração de renda no país, possibilitando uma maior integração de todas as classes na economia. Nesse sentido o governo implantou o Programa Brasil Sorridente, programa abrangente para todo país considerado o mais abrangente; o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); o Programa Farmácia Popular, rede de drogaria voltada a atendimento à população com preços acessíveis às camadas mais carentes; o financiamento do SUS foi um fato que expandiu a assistência social e a oferta de serviços públicos no Brasil, entre outros programas de assistência que foram implantados durante o período de estudo e como se beneficiam de relativa melhora na qualidade de vida, através das políticas implantadas durante o período de 2003 até 2013. (LAZARINI, et al. 2021, p. 8).

Dentro desse contexto de implantação de políticas de integração social tiveram seus aspectos positivos para as camadas menos favorecidas da sociedade, o que fez com que parte desse grupo tivesse melhores condições para interagir de forma mais inclusiva dentre os setores econômicos mencionados. A nível de comparação, analisaremos o cenário econômico antes de tais aplicações a níveis comparativos e após a implementação das políticas de integração social no Brasil, analisaremos como se formou a base dos programas e o motivo aparente dessas inclusões. Durante o período de 2003 a 2013, o Brasil passou por uma série de mudanças na política econômica e social, que tiveram um impacto significativo no cenário econômico do país. Entre as principais políticas implementadas durante esse período destaca as que transferiram a renda dos recursos públicos para a sociedade civil, em especial classes sociais na base da sociedade.

3 CENÁRIO ECONÔMICO DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Antes das políticas de integração social do governo Lula, o Brasil enfrentava uma série de problemas econômicos e sociais, a inflação era alta e instável, o desemprego era elevado e a distribuição de renda era desigualitária. A economia brasileira era caracterizada por uma baixa taxa de crescimento, e a dívida externa do país era considerada elevada. Com a aplicação das políticas de integração social do governo Lula, a situação começou a mudar, com foco nas parcelas mais vulneráveis da sociedade (FAGNANI, 2011), o governo adotou uma série de medidas para combater a desigualdade social e promover o crescimento econômico e foram criados programas sociais que ajudaram a reduzir a pobreza e a desigualdade, além de expandir as linhas de crédito e alterar fatores econômicos que são perceptíveis no cotidiano como o salário real. O governo também implementou políticas econômicas que estimularam o crescimento, como o aumento do investimento público e a valorização real do salário mínimo. Essas políticas tiveram um impacto significativo no cenário econômico do Brasil, onde a inflação foi, até certo nível, amenizada, a taxa de crescimento da economia aumentou em geral, com média de crescimento do PIB ao ano de 4%, além da distribuição de renda ter melhorado. O desemprego também diminuiu, especialmente durante o período de expansão econômica entre 2004 e 2008, antes da crise do *subprime*³. A dívida externa do país foi reduzida e o Brasil se tornou um dos principais países emergentes do mundo. As políticas de integração social do governo Lula tiveram um impacto positivo significativo no cenário econômico do Brasil, reduzindo a desigualdade social além de promover o crescimento econômico. (BARROS, OLIVEIRA. 2014. P. 8).

Analisaremos o cenário que compõe o Brasil durante os últimos anos do mandato anterior, Governo FHC, a fim de comparar com o Governo Lula para assim indicar principais mudanças econômicas com a ótica do desenvolvimentismo social para as parcelas mais baixas em relação a renda ou a posição nas classes econômicas.

Analisaremos aqui as principais variáveis de consumo durante o período para assim ser possível a compreensão do nível de renda e como as famílias e empresas foram capazes de lidar com as questões econômicas, principalmente em relação ao crédito. Segundo Carvalho e Lepikson (2006), quando foi introduzido no Brasil o plano real ocorreu um aumento expressivo

³ A crise do *subprime* foi uma crise financeira que teve origem nos Estados Unidos em 2008 e foi causada pela concessão de empréstimos imobiliários de alto risco, conhecidos como *subprime*, para pessoas que não tinham capacidade financeira para pagá-los, acontecimento em massa.

nas linhas de crédito concedidas pelo governo, levando a um aumento do consumo, a teoria keynesiana compreende que onde há uma relação de dependência entre consumo e renda que tende a ter um aumento na propensão marginal a consumir, que veio a ser reduzida quando as incertezas políticas relacionadas à entrada do governo Lula, uma vez que haveria de entrar um presidente de esquerda, reduzindo o volume de crédito e chegando a 21% do PIB em abril de 2003. Com os ataques especulativos, juntamente com a instabilidades que ocorram nos Estados Unidos, o governo acabava por dar continuidade aos planos do governo FHC sendo ela as principais o câmbio flutuante, a fim de ajustar as contas externas; manter uma política monetária contracionista para que fosse cumprido as metas de inflação; além do superavit primário elevado para que assim conter o endividamento público. Isso levou a uma nova fase do ciclo de crédito no Brasil, juntamente com o aumento do salário real do período, contribuindo principalmente para o progresso do mercado interno, através de consumo e não propriamente de investimentos.

O governo foi diferente do que o então presidente almejava em suas campanhas e discursos sindicais no Partido dos Trabalhadores (PT). Os discursos e o apoio às lutas da classe trabalhadora demoraram a ser minimamente realizados quando Lula ocupou o cargo de presidente. No primeiro mandato de Lula, de 2003 a 2006, em que se se alinhou em grande parte ao governo de seu antecessor, o presidente FHC, mantendo acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e buscando conciliação com o empresariado. Foram aprovadas reformas, como a Reforma Judiciária e a Reforma da Previdência, e Lula escolheu ministros e presidente do Banco Central que eram vistos como próximos e confiáveis pelo setor empresarial (BARBOSA, 2012).

Em termos gerais, o primeiro mandato de Lula teve um caráter mais liberal, com ênfase em medidas fiscais para controlar a inflação, e houve menos investimento nacional em programas sociais e de desenvolvimento, até o momento. No entanto, é importante ressaltar que esta é uma análise específica e crítica do primeiro mandato de Lula, destacando aspectos que divergem das expectativas iniciais. É necessário considerar um panorama mais amplo e abrangente do governo de Lula como um todo para uma compreensão completa das políticas adotadas, seus resultados e impactos na sociedade brasileira.

3.1 EXPANSÃO DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO NO BRASIL

Houve um foco maior nas ações dos bancos públicos onde o BNDES, o Banco do Brasil e Caixa Econômica federal foram tornando mais flexíveis em relação as concessões de crédito, contribuindo assim para atuar nas formas anticíclicas na economia, papel importante para contribuir com os desequilíbrios causados pela crise de 2008. Isso levou a uma mudança na

forma com que se entendia os resultados do microcrédito, no Governo Lula começou a ser designado o crédito de pequeno valor voltado não só como crédito produtivo, mas sim crédito voltando para gerar renda também. (BARROS, OLIVEIRA. 2014. p. 8).

Ao desenvolver tais práticas o volume de crédito que a economia lidava em janeiro de 2004 era 417,8 bilhões de reais, em contrapartida, até 2011 passou para 1,71 trilhões de reais, correspondendo a mais de 400% no volume de crédito (DEPEC-BRADESCO, 2011).

Quando há expansão de crédito, em geral, é um indício de aceleração do crescimento econômico, além de melhor manipulação mais concreta da inflação, melhoria da renda, aumento do salário real mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de renda, ao período analisado no presente trabalho, o Brasil apresentou sinais de combate à desigualdade social através da criação de um mercado em massa, considerado um aumento no potencial de consumo da população. Estima-se que cerca de 23,5 milhões de pessoas passaram para a classe C, classificação segundo IBGE com renda entre R\$ 1.062 e R\$ 2.017, isso apenas em dois anos de governo, de 2005 a 2007 (VENTURA, 2010).

Ao período houve uma melhora significativa no número de empregos formais, estima-se que houve a criação de 17 milhões de empregos formais, indício de uma injeção de dinheiro na economia acompanhado de um crescimento após os descontos devidos da inflação, ou seja, crescimento do rendimento real, cerca de 66% do salário mínimo real. Houve uma expansão de cerca de 242% de janeiro de 2004 a dezembro de 2009 das atuações do papel do crédito destinado as famílias, principalmente de baixa renda (LOPES, 2012).

Essas mudanças e expansões em fatores que contribuem para a desconcentração de renda e melhor distribuição dos recursos foi aprofundada uma vez que essa massa salarial e de crédito foi destinada ao mercado de crédito no Brasil em operações destinadas especialmente para às famílias. Esses dois fatores, crédito e aumento do salário real, fizeram uma das principais e significativas mudanças na situação de vida de muitos brasileiros onde a contribuição pelas ações do governo em âmbitos federais foi percebida nas classes mais carentes. Essa contribuição ajudou a integrar socialmente muitas pessoas, após isso, houve maiores aquisições de veículos e cartões de crédito entre as pessoas, em relação a isso, o crédito pessoal, incluindo o crédito consignado, foi a chave para esse processo ter perceptíveis melhoras.

Após as partidas de crédito é preciso analisar o endividamento a fim de estabelecer como é destinado essas concessões de crédito a população. Não haveria lógica apenas expor a entrada de recursos para as famílias de baixa renda e não ser apresentado as questões relacionadas ao endividamento das famílias. Assim, segundo Slomp (2008), nossa sociedade capitalista tem como característica principal o desejo pelo consumo, por adquirir bens, e esta associa a felicidade

que os humanos têm com a capacidade de obter bens, utilizam certos tipos de produtos de seu mercado para estabelecer vínculos e distinções sociais. Esse conjunto de práticas, utilizado dentro de uma cultura consumista é presente em qualquer parcela de todas as camadas sociais, assim mesmo as camadas mais baixas da pirâmide social caba por encontrar um endividamento em suas finanças pessoais. O endividamento é um “termômetro” da vulnerabilidade dos equilíbrios orçamentários dos indivíduos ou das famílias. destaca uma transferência significativa de recursos das famílias, que originalmente seriam destinados ao consumo de produtos, para o pagamento de juros relacionados a empréstimos. Segundo a Fecomerciosp⁴(2012) somente em 2010, as famílias desembolsaram um total de R\$ 141,2 bilhões exclusivamente para pagar juros (BARROS, OLIVEIRA. 2014. P. 15).

Essa informação revela a magnitude do impacto financeiro que os juros exercem sobre as famílias endividadas. Ao direcionar uma parcela considerável de sua renda para o pagamento de juros, as famílias têm menos recursos disponíveis para consumir produtos e serviços essenciais, o que pode comprometer seu bem-estar financeiro. Esse cenário também indica a necessidade de um planejamento financeiro cuidadoso e consciente por parte das famílias, a fim de evitar o acúmulo excessivo de dívidas e reduzir a dependência de empréstimos. Além disso, a importância de políticas e medidas governamentais que promovam condições mais favoráveis para o acesso ao crédito, como ocorreu em partes durante o mandato, com juros mais baixos, a fim de aliviar o peso do endividamento sobre as famílias e impulsionar o consumo sustentável.

3.2 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Analisaremos os efeitos positivos que a valorização do salário mínimo teve na sociedade brasileira, em relação ao mercado de trabalho. Os argumentos apresentados baseiam-se na experiência brasileira dos últimos anos e sugerem que, mantidas as condições, é possível esperar uma repetição desses efeitos no futuro. Destaca-se que, durante o período entre 2003 e 2013, os aumentos reais do salário mínimo foram absorvidos pelo sistema econômico. Isso ocorreu em um contexto macroeconômico relativamente estável e com perspectivas de crescimento sustentado, de acordo com a visão dos empresários. Ao mesmo tempo, observou-se um aumento na ocupação e na formalização dos contratos de trabalho, na recuperação real dos rendimentos,

⁴ Atua como uma organização de representação empresarial, buscando fortalecer o setor e contribuir para o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. Ela representa legalmente as empresas do comércio, serviços e turismo perante órgãos governamentais, sindicatos de trabalhadores e demais instituições.

no crescimento da massa salarial total e em certa redução das desigualdades de renda (CARDOSO, C; MUSSE, J. 2014).

Além disso, houve uma queda na pobreza absoluta e relativa, sendo relevante destacar que a carga tributária vinculada a fins sociais cresceu mais do que os gastos sociais federais. Essa conjunção de fatores ocorreu de maneira pró-cíclica em relação ao comportamento econômico geral em vez de estar em contradição com ele e orientadas que ainda há questões em relação a esses efeitos positivos do aumento do salário mínimo e com a valorização no Brasil, teve impactos benéficos na sociedade, como redução das desigualdades de renda, aumento da ocupação e formalização do trabalho, e queda da pobreza. Argumenta-se que esses efeitos foram possíveis devido a um ambiente macroeconômico estável e perspectivas de crescimento sustentado (BIANCARELLI, A. FAGNANI, E. p.41. 2013).

O salário mínimo possui uma função principal, embora não exclusiva, de proteger os trabalhadores da base da pirâmide socioeconômica e esses trabalhadores são caracterizados por terem baixa escolaridade, estarem em situação de vulnerabilidade social e pertencerem a diferentes gêneros e etnias. A função de certa forma protetora do salário mínimo se manifesta ao garantir que os trabalhadores da base da pirâmide recebam um salário que seja suficiente para cobrir o custo dos itens essenciais que uma família necessita mensalmente. Essa perspectiva enfatiza a importância do salário mínimo como uma ferramenta de proteção social e combate à pobreza, uma vez que visa assegurar uma renda mínima para aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Ao estabelecer um valor mínimo para o salário, proporcionar-lhes uma remuneração que seja capaz de atender suas necessidades básicas e essa abordagem visa promover uma distribuição mais justa de renda, reduzir desigualdades sociais e proporcionar uma melhoria nas condições de vida das famílias que dependem desse salário mínimo, principalmente em relação ao salário mínimo real no entanto, é importante ressaltar que o salário mínimo não é a única medida necessária para enfrentar questões complexas de desigualdade e pobreza. São necessárias políticas mais amplas, incluindo investimentos em educação, capacitação profissional, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego de qualidade, a fim de promover uma melhoria sustentável nas condições de vida desses trabalhadores e suas famílias (DIEESE, 2010).

3.2.1 Salário mínimo relacionado ao poder de compra de cestas básicas

A cesta básica como um dos bens de maior necessidade que o salário mínimo deve cobrir mensalmente como é mencionada na Constituição de 1988 estabelece a necessidade do salário mínimo para as famílias, e o artigo 6º parágrafo 1º da Lei Nº 399/38 especifica que a parcela correspondente à alimentação deve ter um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões necessárias à alimentação diária do trabalhador adulto. Portanto, de acordo com essa perspectiva, o salário mínimo não deve ser inferior ao valor necessário para o consumo da cesta básica. Isso ressalta a importância da garantia de um salário mínimo adequado para atender às necessidades básicas dos trabalhadores, especialmente no que diz respeito à alimentação. A referência à legislação busca embasar a argumentação sobre a importância de que o valor do salário mínimo seja suficiente para cobrir os custos básicos da alimentação, representados pela cesta básica.

3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Os programas de integração social desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade, redução da pobreza e acesso a oportunidades educacionais. No Brasil destacam-se iniciativas como o Bolsa Família apontado nesse estudo como um dos principais programas que têm como objetivo principal fornecer suporte financeiro e garantir o acesso a serviços básicos e educação de qualidade para populações vulneráveis. Implementado em 2003, é um programa de transferência condicionada de renda que busca aliviar a pobreza e a pobreza extrema e promover a inclusão social. Por meio de transferências financeiras mensais, o programa atende famílias em situação de vulnerabilidade, desde que cumpram determinadas condicionalidades, como a frequência escolar obrigatória de crianças e adolescentes e a realização de acompanhamento de saúde. O Bolsa Família tem sido reconhecido como uma ferramenta efetiva na redução da desigualdade e no combate à extrema pobreza.

Os programas de integração social, como o Bolsa Família e o Prouni, são instrumentos importantes na promoção da igualdade de oportunidades e no combate à pobreza e à exclusão social. Essas iniciativas têm alcançado resultados significativos, permitindo que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a recursos financeiros e educação de qualidade. No entanto, é essencial que esses programas sejam constantemente avaliados, aprimorados e expandidos, visando atender de forma mais abrangente às necessidades da população e promover uma sociedade mais inclusiva e justa. (GROSH et al., 2008).

3.3.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda implementada em 2003, que unificou diversos programas já existentes. Diferentemente de seus antecessores, o Bolsa Família abordou a pobreza como resultado de dinâmicas socioeconômicas e concentrou-se nas camadas mais pobres da população brasileira. Seu objetivo principal era aliviar imediatamente a situação financeira das famílias e promover o acesso delas à educação e saúde. Nas próximas seções, serão apresentados detalhes sobre o programa, suas atualizações e os impactos socioeconômicos alcançados (CAMPELLO, NERI. p.15. 2013).

A Medida Provisória Nº 132, sancionada em 20 de outubro de 2003 pelo presidente Lula, foi responsável pela criação do Programa Bolsa Família. Após passar pelo Congresso Nacional, a Medida Provisória foi convertida em lei, a Lei No 10.836, sancionada em 9 de janeiro de 2004. Essa lei é regulamentada pelo Decreto No 5.209, datado de 17 de setembro de 2004.

Conforme estabelecido no parágrafo único do artigo primeiro da lei do Bolsa Família, o objetivo do programa, resultante da unificação da gestão e execução de outros programas de transferência direta de renda do governo federal, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único, é combater a pobreza e a pobreza extrema, promovendo o acesso das famílias à educação e à saúde, além de combater a fome e garantir segurança alimentar.

A criação do Programa Bolsa Família, desde sua origem por meio da medida provisória até sua transformação em lei, em destaque a finalidade do programa, que é combater a pobreza, promover acesso à educação e saúde, combater a fome e garantir segurança alimentar às famílias beneficiárias (BRASIL, 2004).

O programa tinha como público-alvo famílias em extrema pobreza e pobreza, o benefício era condicionado ao cumprimento das regras estabelecidas no artigo terceiro da lei. O não cumprimento dessas regras poderia resultar no cancelamento do benefício. Durante sua vigência, o programa passou por mudanças, como a atualização dos valores dos benefícios e alterações no regulamento, em resposta à dinâmica socioeconômica do país, conforme mencionado no parágrafo sexto do artigo segundo da lei. O programa distribuía benefícios de duas maneiras: famílias em extrema pobreza recebiam um benefício básico mais um benefício variável, enquanto famílias em situação de pobreza recebiam apenas o benefício variável. Inicialmente, a lei estabelecia que famílias em extrema pobreza receberiam um benefício básico de R\$50,00, mais um benefício variável de R\$15,00, limitado a três benefícios por família. Famílias em pobreza receberiam apenas o benefício variável de R\$15,00, também limitado a três benefícios

por família. Além disso, a lei determinava que o benefício variável seria direcionado a famílias que tivessem gestantes, nutrizes, crianças de zero a doze anos ou adolescentes de até quinze anos.

As alterações graduais na concepção de combate à pobreza foram impulsionadas pela compreensão da relação entre os fenômenos sociais e econômicos (SANTOS, 2012). Ao reconhecer a pobreza como um problema estrutural decorrente da dinâmica socioeconômica, ficou claro que a desigualdade não enfrentada afetaria negativamente o desempenho econômico de longo prazo do país, perpetuando o padrão desigual e limitando os efeitos do crescimento econômico. Esse fenômeno foi observado por Berg e Ostry (2011, p. 13) em seu relatório "*Inequality and unsustainable growth: two sides of the same coin?*", onde concluíram que países com distribuição de renda mais igualitária tendem a experimentar um crescimento mais duradouro, fortalecendo a ideia de que políticas voltadas para a redução da desigualdade estão diretamente ligadas a um crescimento econômico mais sustentável e prolongado.

No contexto brasileiro, o debate político em torno do Bolsa Família é acalorado, com defensores e críticos igualmente engajados. Entre os opositores aos programas de transferência de renda, alguns argumentos são frequentemente levantados. Um dos argumentos mais difundidos é o de que esses gastos reduzem a taxa de poupança e, conseqüentemente, o investimento, afetando diretamente a produção econômica.

As políticas de transferência de renda têm a capacidade de causar impactos sociais, reduzindo a desigualdade e aliviando a pobreza. Além disso, essas políticas também podem ter efeitos positivos na renda familiar, no emprego e na arrecadação pública, aumentando a receita do governo. As políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, têm o objetivo de fornecer assistência financeira direta às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao aumentar a renda dessas famílias, essas políticas podem contribuir para melhorar suas condições de vida, reduzindo a pobreza e a desigualdade. Embora as políticas de transferência de renda envolvam custos para o governo, elas podem gerar efeitos positivos na arrecadação pública. Isso pode acontecer de diferentes maneiras, como por meio do aumento da atividade econômica e do conseqüente aumento da receita tributária, bem como pela redução dos custos sociais associados à pobreza, como despesas com saúde e segurança pública (KERSTENETZKY, 2012).

Além disso, quando as famílias de baixa renda recebem recursos adicionais por meio de transferências de renda, elas têm mais capacidade para consumir bens e serviços básicos, o que pode impulsionar a economia local, estimulando a demanda e, conseqüentemente, gerando

impactos positivos no emprego. Isso ocorre porque o aumento do consumo pode incentivar a produção e a contratação de mão de obra (POCHMANN, 2014).

As principais consequências dessa transferência de renda para determinadas classes mais à base da pirâmide, estabelecida na forma desses programas demonstrada analiticamente por Castro, Mostafa e Herculano (2011, p. 11-12), estão colocadas através da matriz de contabilidade social baseado nos dados de 2006, três anos depois da implantação do programa. O estudo aponta que o valor incrementado de 1% do PIB direcionado ao Programa Bolsa Família, gera um crescimento de 1,44% no produto, além desses 1% do PIB configura um crescimento de 2,55% na renda das famílias. O processo de equiparação, ou atenuação das situações de desigualdade no Brasil, apresentam um retorno de 56% do valor gasto com políticas públicas pela via de arrecadação da receita (CASTRO, MOSTAFA, HERCULANO. 2011).

Campello e Neri (2013, p.202-204) apontam em seu livro “Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e Cidadania”, que, de acordo com a base de dados colhida em 2009 referente à 2006, o PIB brasileiro cresceu R\$1,78, e o consumo das famílias R\$ 2,40, além do consumo final total ter crescido R\$1,98, para cada R\$1 incluso no Bolsa Famílias. Esses efeitos multiplicadores demonstram devida eficiência em tais políticas de inclusão o que explica como o programa teve seus impactos positivos investigado no presente estudo, as consequências são medidas de forma mais concretas nos estudos consolidados pela PNAD⁵, segundo dados do próprio IBGE, em 2007 cerca 4,5% de toda a população brasileira estava em situação de extrema pobreza, já em 2011, esse percentual mudou para 3,7% de toda população. Essas configurações de extrema pobreza têm reflexo direto nas camadas que estão nas condições de pobreza, pela classificação, logo, o percentual de pessoas situada nessa condição era de 12,6%, em 2007, já em 2011 esse número era de 8,4% (CASTRO, MOSTAFA & HERCULANO, 2011, p. 14).

De acordo com as pesquisas realizadas, os programas sociais implementados durante o governo de Lula, em especial ao seu segundo mandato, entre 2007 e 2010, tiveram resultados positivos relacionados aos parâmetros aqui apresentados. Esses programas contribuíram para aumentar a renda média da população brasileira, reduzir a pobreza e diminuir o índice de desemprego, como visto no capítulo através da majoração do salário, das contínuas linhas de crédito e programas como o Bolsa Família destinados à população mais carente à base da pirâmide social. Isso sugere uma correlação entre o aumento das políticas de transferência de

⁵ A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil. Ela é considerada uma das principais fontes de informações estatísticas sobre a população brasileira, suas características socioeconômicas e as condições de vida no país.

renda e de estímulo ao emprego, ou seja, políticas de natureza social, e o sucesso em manter o poder de compra das famílias e melhorar as condições de vida que se encontravam na faixa da pobreza e da pobreza extrema. Esses resultados tiveram um impacto positivo em relação a essa parcela na economia brasileira.

Assim, as políticas públicas e monetárias, em conjunto com os programas sociais, tiveram um impacto significativo na inclusão econômica de um público historicamente excluído. O Programa Bolsa Família foi mencionado como uma medida que aliviou instantaneamente as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, proporcionando acesso a direitos básicos garantidos pela Constituição Federal, com melhorias especialmente nos indicadores relacionados à educação. Os efeitos socioeconômicos sobre a renda e o consumo familiar dos mais pobres foram os principais ganhos do programa, pois muitos deles não tinham nenhuma forma de renda garantida anteriormente. Isso resultou na redução dos índices de pobreza durante o período analisado e promoveu a inclusão econômica desse público.

Por outro lado, o salário mínimo desempenhou um papel crucial em aumentar os ganhos salariais de uma parcela da população com baixa escolaridade, proporcionando-lhes um maior poder de compra. Pela primeira vez, essa parcela da população recebeu uma parte do que contribuíram para a economia, aproximando-se do salário médio dos trabalhadores com melhor nível de instrução e gerando uma diminuição da desigualdade social. Apesar de o consumo de bens e serviços exigir uma renda maior do que o salário mínimo, a política de aumento real do salário mínimo acima da inflação permitiu que esses trabalhadores tivessem acesso ao crédito, o que modificou seu padrão de consumo, investigado no capítulo. A combinação de políticas de bem-estar social e o aumento real do salário mínimo elevaram os padrões de vida de uma classe social que anteriormente tinha pouca participação na atividade econômica. Isso foi possível graças às políticas monetárias que estimularam o crédito, como a criação de novas linhas de crédito, o aumento dos prazos, a redução dos valores das parcelas e a significativa redução das taxas de juros. Essas medidas permitiram que essas pessoas pudessem consumir bens e serviços que antes eram inacessíveis, proporcionando um sentimento de satisfação por poderem adquirir algo que nunca imaginaram ter, mesmo que isso comprometesse parte de sua renda. Além disso, esse estímulo ao consumo gerou um aumento na demanda agregada, o que levou a uma maior necessidade de mão de obra e recursos por parte das empresas privadas. Esse aquecimento da economia foi impulsionado pelo aumento do consumo decorrente das políticas mencionadas.

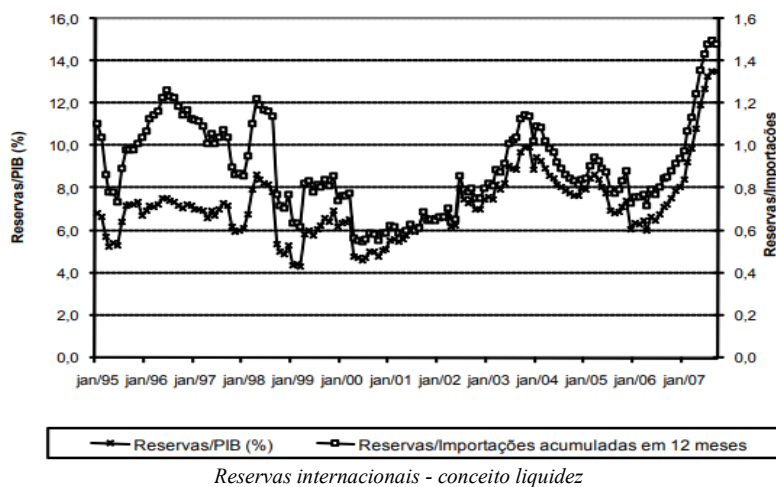
4 POLÍTICAS EXTERNAS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL UTILIZANDO AS RESERVAS INTERNACIONAIS COMO APOIO FISCAL

A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva reflete as antigas propostas e posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores (PT). Em comparação com a política econômica e outras ações do governo, é na diplomacia que a afinidade com o discurso do PT é mais evidente, voltada assim para o Benefício do aumento das reservas internacionais e consequentemente dos benefícios implantados durante o governo fazendo com que a distribuição de renda possa ser alavancada. essa afirmação não é uma revelação inédita, mas sim uma observação do ativismo diplomático demonstrado desde o primeiro mandato do governo Lula. Assim, as iniciativas tomadas na área das relações exteriores estão alinhadas com as teses programáticas e declarações dos líderes do PT ao longo das últimas duas décadas.

A relevância de atores estatais e não estatais na formulação da política externa dos governos, no contexto brasileiro, e a atenção da comunidade de pesquisa está voltada para o papel desempenhado por governos estaduais, prefeituras, o Congresso Nacional e até mesmo ministérios da área econômica. Esses atores desempenham um papel significativo na determinação e implementação das políticas externas, destacando a necessidade de reconhecê-los e estudar sua influência na área internacional. A inclusão desses atores na análise de política externa amplia a compreensão do processo decisório e ajuda a identificar as complexidades e dinâmicas envolvidas, e assim ser possível reduzir a desigualdade através do crescimento econômico. (PUTNAM, 1993; MORAVCSIK, 1997).

No período que abrangeu de meados de 2006 a meados de 2007, as reservas internacionais do Brasil apresentaram um crescimento significativo, aumentando de aproximadamente US\$ 60 bilhões no segundo trimestre de 2006 para mais de US\$ 162 bilhões em setembro de 2007.

FIGURA 1 - RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS, EM RELAÇÃO AO PIB E AS IMPORTAÇÕES TOTAIS DO PAÍS: JAN/1995-SET/2007



FONTE: Adaptação de CAVALCANTI E VONBUN (2008)

As razões entre reservas/PIB e reservas/importações aumentaram de forma considerável pelas políticas plicadas durante o governo (CAVALCANTI, 2008: 464).

4.1 RESERVAS INTERNACIONAIS E A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Analisaremos aqui a forma pauperista⁶ de desenvolvimento na perspectiva brasileira, visando compreender como políticas de integração social utilizadas no Brasil durante a o período do estudo foi colaborativa com a diminuição da desigualdade de renda e melhoria nas percepções de parâmetros econômicos considerados obstáculos ao bem-estar social, relacionando isso as diplomacias para conectar tais implantações com as relações externas que o Brasil teve de 2003 até 2010. Esse estudo não se baseia em como a estrutura produtiva se demonstra contraditória, e sim, com o desenvolver disso, através de ações políticas, foi possível amenizar tais sintomas.

A importância das reservas internacionais para lidar com as desigualdades internas é de caráter desenvolvimentista e de certo nível serve como protetor popular, uma vez que aplicando determinadas ações políticas sociais é capaz de amenizar parte das discrepâncias de recebimento de renda em função do crescimento econômico. Assim a globalização dos negócios e a integração dos países periféricos com o restante do mundo se torna de relevância para combater desigualdade através do desenvolvimento.

Com a ocorrência de crises sistêmicas, a globalização dos negócios e a integração dos países periféricos com o resto do mundo têm levado ao estudo da liquidez e da capacidade de

⁶ A condição de extrema pobreza e marginalização dos trabalhadores, resultado da exploração e da desigualdade socioeconômica.

pagamento das nações. Nesse contexto, as reservas internacionais desempenham um papel crucial, pois representam uma reserva estratégica contra choques no Balanço de Pagamentos e são um ativo líquido internacional que pode ser utilizado para compensar ajustes internos em caso de choques externos e, conseqüentemente, colabora com os desequilíbrios de disparidade de renda. Os Bancos Centrais são responsáveis por administrar esses ativos e buscam manter um nível adequado de reservas que possa garantir uma proteção e funcionar como um amortecedor em situações de urgência de liquidez.

Logo, as reservas internacionais são essenciais para as nações enfrentarem situações desafiadoras, aplicando ao cenário interno de desigualdade é de caráter desenvolvimentista ter as expectativas dos empresários sobre a economia brasileira, uma vez que estas são positivas, é esperado o crescimento econômico. Elas funcionam como uma reserva estratégica, oferecendo proteção contra desequilíbrios no Balanço de Pagamentos e ajudando a cobrir ajustes internos necessários em resposta a eventos externos imprevistos. Os Bancos Centrais têm a responsabilidade de gerenciar essas reservas, garantindo que estejam em um nível adequado para agir como um amortecedor em momentos de necessidade de liquidez (ANGARITA, 2006).

A partir de 2006, as decisões tomadas pelas autoridades monetárias começaram a mudar a política de reservas internacionais, passando assim a ter um caráter de maior acumulação. Esse cenário possibilitou uma expectativa nos mercados brasileiros, o que ajudou a gerar crescimento e diminuir a desigualdade em determinado nível investigado aqui.

A macroeconomia utilizada pelo governo de Lula é cautelosa relacionada as aplicações das reservas internacionais, com o princípio de alavancar os investimentos públicos. A argumentativa sobre as questões da justiça social e das desigualdades está intrinsecamente ligada as reservas internacionais, como foco principal o aumento delas. Para abordar efetivamente essas questões, é necessário considerar o impacto do endividamento público sobre a disponibilidade de recursos e buscar soluções que levem em conta essa relação complexa. (OCKÉ-REIS, 201).

As ações iniciais do governo Lula em relação à estabilidade monetária e fiscal, destacando seus impactos tanto positivos quanto negativos. O indício que o governo Lula tinha como objetivo principal restabelecer a estabilidade econômica, abrangendo tanto a estabilidade monetária, controle da inflação, quanto a estabilidade fiscal (controle das contas públicas e dívida do governo). Utilizando assim o método juntamente com o Banco Central do Brasil e utilizou a elevação da taxa básica de juros, taxa Selic, como instrumento para combater a

inflação e controlar a taxa de câmbio. A elevação da taxa de juros visa desestimular o consumo e, conseqüentemente, controlar a inflação, metodologia de uma abordagem da política monetária contracionista.

No âmbito fiscal, numa tentativa de diminuir o crescimento da dívida pública e o risco de insolvência do país, o governo teve que aumentar sua meta de resultado primário, ou seja, no campo fiscal, o governo Lula precisou aumentar sua meta de resultado primário. Essa medida tinha o objetivo de reduzir o crescimento da dívida pública e mitigar o risco de insolvência. O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas do governo, excluindo o pagamento de juros da dívida. Estas ações causaram impactos positivos na economia, ou seja, aumentou as expectativas de mercados em relação ao fortalecimento da própria economia, ocasionando uma redução na taxa de câmbio e no prêmio de risco do Brasil. Isso ressalta que as ações adotadas pelo governo Lula tiveram impactos considerável. As medidas de estabilidade econômica aumentaram as expectativas dos mercados em relação ao fortalecimento da economia. Como resultado, houve uma redução na taxa de câmbio e no prêmio de risco do Brasil, indicando uma melhora na percepção dos investidores sobre o país (BARBOSA, 2013).

A verdadeira razão por trás do acúmulo de reservas internacionais no Brasil a partir de 2006 para o acúmulo de tantas reservas no Brasil está relacionada à tendência de queda da taxa de câmbio, com exceção do período de crise, enquanto as reservas internacionais continuam aumentando. O Banco Central do Brasil (BACEN), em seu discurso oficial na época, afirmava que não interferiria na tendência de mercado. No entanto, a prática, como evidência demonstrava que a política de acumulação de reservas tinha como objetivo evitar a valorização do real. Essencialmente, o governo brasileiro acumulou reservas internacionais como estratégia para impedir a apreciação da moeda nacional. Isso significa que, ao aumentar as reservas, o país busca controlar a valorização do real em relação a outras moedas estrangeiras. A taxa de câmbio é um fator crucial nesse contexto, já que uma moeda mais valorizada pode afetar negativamente a competitividade das exportações brasileiras e favorecer a importação (HOLANDA. F. 2011).

Essas condições foram fatores importantes em vista do desenvolvimento no Brasil durante os dois mandatos, em especial o primeiro, visto que as políticas cambiais e fiscal estavam alinhadas com as demandas de época. Lula conseguiu intermediar e reduzir as questões de pobreza no país e ainda sim, com ajuda da elevação das reservas internacionais, estabelecer políticas externas concretas.

O desenvolver inicial a partir da sociedade que utiliza os meios de produção capitalista, esta, nunca imaginaria como se configuraria no século XXI, a Miséria acaba por estar aliada ao desenvolvimento de forças produtivas, principalmente no Brasil desde 1930, apontado nessa investigação como início dos grandes ciclos de desigualdade atuais, onde grande parte das indústrias estavam emergindo e frente a isso o acompanhamento da massa trabalhadora. (DUAYER. M; MEDEIROS. L. p.242. 2003).

No apontamento de Medeiros e Duayer, o pauperismo, tanto na Inglaterra, como na Alemanha, tiveram seu desenvolvimento de forma, onde as medidas eram de caráter Filantrópico-administrativas, tais desenvolvimentos não imaginariam como estavam conectadas as relações de produção na época. Assim, a mesma forma se desenvolve não exclusivamente em países europeus, mas sim de determinadas colônias que viriam a se desenvolver posteriormente, como é o caso do Brasil. Nas palavras de Medeiros e Duayer:

A política da Inglaterra [...] conferiu ao pauperismo uma significação geral que o concebe simplesmente como resultado do desenvolvimento e que, a despeito de todas as medidas administrativas, converteu-se em uma instituição nacional, requerendo um massivo e intrincado aparato administrativo. E que já não tem o propósito de erradicar o pauperismo, mas sim de gerenciá-lo. (DUAYER. M & MEDEIROS. L. p.242. 2003).

Assim como essas políticas administrativas foram adaptadas no Brasil durante o governo Lula, a intenção principal, em relação ao interacionismo, era colocar em pauta a desigualdade gerada por esse modo de produção. Os dois mandatos colocaram em evidência uma possível administração das parcelas mais na base da pirâmide social, inconsequentemente não introduz uma forma revolucionária nessas medidas, mas sim como lida com essa parcela da população. Com esse caráter, a perspectiva que é corrigir via administração macroeconômica a fim de haver uma melhora nas condições de vida das parcelas mais pobres. O que estaria ocorrendo de acordo com essa perspectiva, seria apenas um aspecto necessário diante da existência de um pauperismo alarmante e de um "programa sistemático para o estabelecimento e consolidação dessa forma de produção em escala global". A ideia seria uma forma de encobrir ou justificar a implantação e expansão de determinadas políticas de integração social, utilizando a preocupação com questões humanitárias como uma forma de implantar determinadas políticas, onde há uma crítica subjacente ao modo de produção e à forma como ele é implementado. (CAMMACK, 2002, p. 127).

4.2 DIPLOMACIA MULTILATERALISTA

A diplomacia brasileira durante o governo Lula, teve ações afirmativas onde houve uma correção de rota iniciada no fim do segundo mandato de FHC, logo após assumir o cargo, o presidente Lula e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declararam a necessidade de reinterpretar as premissas clássicas da política externa brasileira, dando a elas um novo sentido. O objetivo dessa reinterpretação seria garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do país diferente da adotada durante a maior parte do governo Cardoso. Essa nova estratégia deveria ser mais adequada às demandas das novas elites econômicas, das coalizões sociais e políticas no poder, da percepção do papel a ser ocupado pelo Estado brasileiro no mundo e dos constrangimentos internacionais à inserção periférica dos países em desenvolvimento. Em outras palavras, o governo Lula buscou uma política externa que atendesse aos interesses das elites econômicas em ascensão no Brasil, bem como às coalizões sociais e políticas que apoiavam seu governo. Além disso, considerou a percepção do papel que o Estado brasileiro deveria desempenhar no contexto internacional e os desafios e limitações enfrentados pelos países em desenvolvimento em sua busca por uma inserção global mais favorável (SARAIVA, 2005). Durante o governo Lula, a diplomacia brasileira adotou uma abordagem multilateral buscando uma reestruturação do poder no sistema internacional que fosse mais favorável aos países em desenvolvimento. Essa abordagem foi vista como um redesenho da balança de poder global, abrindo espaço para a inclusão de novos atores e projetos de reorganização do sistema de Estados e dos valores dentro da comunidade internacional

Nesse contexto, o Brasil passou a adotar uma política externa mais heterodoxa, com base nos temas do desenvolvimento como um valor universal e no acesso das grandes massas populacionais globais aos padrões de bem-estar e cidadania. O país buscava promover a ideia de que o desenvolvimento deveria ser um direito compartilhado por todos e que o acesso a melhores condições de vida não deveria estar restrito apenas a alguns países privilegiados (SARAIVA, 2005).

4.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS EXTERNAS COM A CHINA

Até o final do século XIX, não havia estabelecido qualquer vínculo entre o Brasil e a China. Os primeiros encontros oficiais entre os governos brasileiro e chinês ocorreram nesse período. O Brasil demonstrou interesse em atrair mão-de-obra chinesa, principalmente para atuar nas plantações de café no Estado de São Paulo. Mas essa relação haveria de desenvolver ao passar do século. Segundo Celso Amorim (2005), o comércio brasileiro com a China chega

em 2005 a 8 bilhões de dólares, com estimativas de dobrar com a parceria de pelo menos cinco anos. Por meio dessa formalização, o Brasil almeja estabelecer parcerias e promover trocas mutuamente vantajosas. O benefício dessa concessão está relacionado ao fato de que em 2016, a China foi oficialmente reconhecida como uma economia de mercado em comparação a todas as outras economias. Isso significa que as nações que reconhecem esse status mais cedo fortalecem suas relações com a China, possibilitando a negociação e a implementação de acordos altamente benéficos no vasto e promissor mercado chinês.

As evidências examinadas aqui da formação do vínculo bilateral com a China, com o objetivo de destacar a transformação da posição do Brasil no contexto global, demonstrar a colaboração entre China e Brasil, podendo assim investigar as iniciativas do presidente Lula em relação à China e seus impactos, além de obter informações sobre os acordos comerciais estabelecidos nesse período afim de observar reduções na desigualdade pelo desenvolvimento nacional. Um dos principais parceiros comerciais do Brasil nesse período foi a China. O principal objetivo da política externa de Lula era aplicar o universalismo, que consiste na priorização da expansão das relações com mercados em diferentes regiões e continentes. Isso sugere que o governo de Lula buscava diversificar as parcerias e promover uma inserção global mais ampla para o Brasil.

Ao adotar o universalismo como uma diretriz central, Lula buscava fortalecer os laços econômicos e diplomáticos do Brasil com diversos países e regiões, em vez de concentrar-se apenas em um grupo seleto de parceiros. Essa abordagem reflete uma estratégia de ampliação do alcance e da influência internacional do país. (BECARD, 2011).

No final do governo antecessor, a política externa brasileira estava se estabilizando e o conceito de universalismo estava sendo implementado. Isso resultou em uma descentralização das relações do Brasil no sistema internacional em relação aos Estados Unidos. Além disso, a crise do modelo neoliberal na América Latina levou a uma reformulação do modelo ideal de Estado, com uma priorização das relações integralistas. Isso indica que, no período mencionado, o governo brasileiro estava buscando diversificar suas relações internacionais, afastando-se de uma dependência excessiva dos Estados Unidos e buscando uma postura mais independente e autônoma. Além disso, a crise do modelo neoliberal na região impulsionou a revisão das políticas internas, buscando alternativas e priorizando relações mais integradas e cooperativas (MEZA, 2010).

A partir de 2005, após o acordo com os parceiros chineses, que restringe, por exemplo, a possibilidade de medidas contra práticas desleais de comércio no âmbito da Organização

Mundial do Comércio (OMC), as exportações do Brasil para a China tiveram um crescimento inferior ao das importações. Segundo informações compiladas por Prates (nov. 2005/abr. 2006), com base em fontes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de 2002 a 2005, a participação da China nas exportações brasileiras aumentou de 4,2% para 5,8%, embora com um ritmo de crescimento mais lento, enquanto as importações cresceram de forma significativa. Além disso, os chineses não respaldaram o pleito do Brasil por um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, posição justificada pelas relações entre a China e o Japão, nem se tornaram parceiros nas negociações não agrícolas (APOIO..., 2005).

A China tinha como objetivo diversificar seus parceiros comerciais e reduzir a dependência de um grupo restrito de fornecedores de matérias-primas, insumos e maquinários. Além disso, buscava também diversificar os consumidores de seus produtos. Como resultado, o comércio entre a China e a América Latina, incluindo o Brasil, aumentou significativamente nos últimos anos e a participação da América Latina no comércio total da China aumentou de 1,9% em 1996 para 4,1% em 2006. Isso destaca a importância crescente da região como parceira comercial para a China. O Brasil é mencionado como um parceiro fundamental nesse contexto, indicando que as relações comerciais entre a China e o Brasil se fortaleceram ao longo desse período. Sugerindo que a China buscou ativamente estabelecer laços econômicos mais estreitos com a América Latina, como parte de sua estratégia de diversificação e expansão comercial. Essa relação de parceria entre a China e os países da região, incluindo o Brasil, teve um impacto significativo nas trocas comerciais e na dinâmica econômica global (BECARD, 2011).

Assim durante o período em questão, a China se tornou o principal destino das exportações brasileiras, o que significa que a quantidade de produtos brasileiros enviados para a China aumentou significativamente. Além disso, em 2009, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos nesse aspecto, além do o estoque de investimentos chineses no Brasil estava em torno de US\$ 250 milhões. Isso indica que a China estava investindo uma quantia em projetos e negócios no Brasil, fortalecendo ainda mais as relações econômicas entre os dois países, a China desempenhou um papel fundamental no comércio exterior brasileiro, tornando-se o principal mercado para as exportações brasileiras. Além disso, os investimentos chineses no Brasil indicam um interesse significativo da China em expandir sua presença econômica no país (ROSITO, 2016. pg. 72).

Mesmo diante da crise econômica mundial de 2008, tanto a China quanto o Brasil não foram tão afetados e conseguiram manter uma boa relação comercial. Ambos os países

desempenharam um papel importante nos processos de recuperação internacional durante a crise, incluindo a participação na consolidação e convocação da cúpula do G-20, juntamente com outras economias emergentes. Essa participação significativa permitiu que a China e o Brasil tivessem uma maior influência nas decisões financeiras internacionais e fortaleceu sua posição no comércio global. Além disso, a cooperação entre os dois países possibilitou ajustes no comércio internacional, buscando uma maior equidade e benefícios mútuos. Assim, a China e o Brasil foram capazes de enfrentar os desafios da crise econômica global, encontrando maneiras de se apoiarem mutuamente e contribuir para a recuperação internacional. A participação conjunta em fóruns internacionais e a colaboração em questões comerciais demonstram uma aproximação estratégica entre os dois países. (OLIVEIRA, 2010).

Há muitas empresas no Brasil, de origem chinesa, com foco em siderúrgicas, que acabavam por investir logo após a crise de 2008, quando grande parte das indústrias automobilísticas se internalizaram na China e começavam novos ciclos em país da América Latina, onde ambos eram uma grande fonte de matéria agrícola, além de ser de baixo custo, existiam mercado com diversos consumidores. Com essa parceria que estava surgindo na época, a China também concedeu investimentos diretos para o Brasil, com 384 projetos pela parceria que seria destinada a produção de aviões, como exemplo a Embraer, investimentos em carvão, indústria têxtil e indústria de autopeças, como a empresa Embraco, Vale, Petrobras, Marcopolo, Maxion etc. e não somente investimento direto na produção de bens, mas também a atuação no setor bancário, como entidades financeiras (LIMA, 2011).

A importância da China nas relações amigáveis com o Brasil, considerando o status do país como uma nação emergente em ascensão no sistema internacional e com perspectivas de se tornar a maior economia global. Essa relevância é destacada como resultado da descentralização do eixo econômico norte-americano na política externa brasileira sob a presidência de Lula, uma das principais políticas afirmativas que o governo teve. Ao adotar uma abordagem que buscava aplicar ideais universalistas em suas relações internacionais, o governo Lula estabeleceu uma parceria comercial significativa com a China, principalmente durante seus mandatos. Durante esse período, a China se tornou o maior importador de produtos brasileiros, o que trouxe diversos benefícios para a economia brasileira. Além disso é possível ressaltar a importância estratégica da China como um parceiro comercial chave para o Brasil, levando em consideração seu crescimento econômico e o papel central que desempenha no sistema internacional. Além disso, destaca a política externa adotada pelo governo Lula como

um fator determinante para o fortalecimento dessas relações bilaterais e os ganhos comerciais resultantes, principalmente na metade de seu segundo mandato.

A estreita relação estabelecida entre Brasil e China proporcionou ao país uma maior visibilidade no cenário internacional. O apoio mútuo entre as nações gerou destaque em importantes fóruns internacionais, como o G-20. Além disso, resultou na criação de tratados e instituições que continuam em vigor até os dias atuais, como a COSBAN, desempenhando um papel fundamental no planejamento e execução das estratégias de cooperação. Além dos aspectos diplomáticos, esse período foi marcado por um aumento significativo nos investimentos, tanto internos quanto externos, que impulsionaram a expansão da presença chinesa no território brasileiro. Esses investimentos desempenharam um papel importante no desenvolvimento econômico do Brasil e contribuíram para o crescimento de diversos setores.

Em resumo, a proximidade entre Brasil e China resultou em benefícios concretos para ambas as nações. A visibilidade internacional conquistada, aliada à criação de acordos e instituições de cooperação, fortaleceu a posição do Brasil no cenário global. Além disso, os investimentos impulsionaram o crescimento econômico do país, proporcionando oportunidades de desenvolvimento em diferentes setores (OLIVEIRA, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das questões de desigualdade de renda e desigualdade econômica no Brasil entre os anos de 2003 e 2013 revela um período de transformação significativa na estrutura socioeconômica do país. Durante essa década, o Brasil testemunhou um esforço para combater a disparidade de renda e melhorar as condições de vida de sua população. É fundamental observar os avanços quanto os desafios que persistem.

O governo liderado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou um papel central na promoção da igualdade econômica, mas não colocando um fim a ela, apenas administrando de forma mais ampla. Sua administração foi caracterizada por políticas públicas voltadas para a inclusão social e a redução da pobreza. Uma das iniciativas mais emblemáticas foi o programa Bolsa Família, que proporcionou assistência financeira a famílias em situação de pobreza, ajudando a garantir um mínimo de estabilidade econômica para os mais vulneráveis. Esse programa não apenas aliviou a miséria de muitos, mas também estimulou o consumo interno, contribuindo para o crescimento econômico.

Outra política relevante foi a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que ampliou o acesso aos serviços de saúde em todo o país. O SUS desempenhou um papel na redução das disparidades em saúde, permitindo que mais brasileiros tivessem acesso a tratamentos médicos essenciais, independentemente de sua condição financeira. Isso teve um impacto direto na qualidade de vida da população e ajudou a combater a desigualdade de saúde.

Os anos entre 2003 e 2013 testemunharam melhorias notáveis na economia e nas condições de vida de brasileiros. As políticas sociais implementadas, juntamente com o crescimento econômico, contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade. No entanto, é imperativo reconhecer que a desigualdade persiste como um desafio contínuo para o Brasil. É vital que as políticas públicas continuem a se concentrar na promoção da igualdade econômica, garantindo que todos os cidadãos tenham a oportunidade de compartilhar os benefícios do progresso do país. Além disso, a sustentabilidade dessas políticas a longo prazo deve ser avaliada e aprimorada para assegurar que as conquistas alcançadas durante esse período de uma década sejam mantidas e ampliadas.

Em destaque a complexidade dessas questões e a necessidade de um compromisso contínuo com políticas que promovam a justiça social e a inclusão econômica. À medida que o Brasil buscou reduzir a desigualdade de renda e promover a inclusão social, também fez progressos econômicos substanciais. O crescimento do mercado interno impulsionado pelo aumento do poder de compra da classe média e dos estratos mais pobres da população

contribuiu para o desenvolvimento econômico do país. Isso demonstra a importância de abordagens equitativas não apenas em termos de justiça social, mas também como um catalisador para o crescimento econômico a longo prazo.

Além disso, o Brasil enfrenta a necessidade de investir constantemente em educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico sustentável para consolidar e expandir os ganhos alcançados nessa década. A educação de qualidade desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades, enquanto o investimento em infraestrutura e diversificação econômica ajuda a reduzir as disparidades regionais e a criar empregos de qualidade.

No entanto, é importante observar que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade econômica e social. Mesmo com os avanços mencionados, a distribuição de renda no país continua desigual. A desigualdade de renda persiste, com grandes disparidades entre as classes sociais e as regiões do Brasil. Além disso, as taxas de desemprego e informalidade continuam sendo preocupações, afetando a estabilidade econômica de muitas famílias.

Durante o período do governo Lula no Brasil, que abrangeu os anos de 2003 a 2010, foram notáveis as iniciativas de diplomacia multilateral que desempenharam um papel significativo nas relações internacionais do país. Essas políticas de abertura para o mundo desempenharam um papel crucial no desenvolvimento econômico do Brasil e na redução da desigualdade social. Nesta continuação do tópico, vamos explorar as principais relações internacionais, com destaque para a parceria com a China, e como isso contribuiu para o progresso econômico e social do Brasil.

A diplomacia multilateral foi uma característica distintiva do governo Lula. O Brasil se envolveu ativamente em organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio (OMC), trabalhando para fortalecer sua presença global e promover interesses nacionais. Isso permitiu ao Brasil desempenhar um papel de liderança nas negociações internacionais.

Uma das parcerias mais notáveis do Brasil nesse período foi com a China. A China se tornou um parceiro comercial fundamental, contribuindo significativamente para o crescimento econômico do Brasil. O comércio bilateral entre os dois países cresceu substancialmente, com exportações brasileiras de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo, atendendo à demanda crescente da China. Essa relação comercial foi benéfica para a economia brasileira, pois impulsionou as exportações e estimulou o crescimento de setores-chave.

A parceria com a China também desempenhou um papel na redução da desigualdade social no Brasil. O aumento das exportações e o crescimento econômico geraram empregos e oportunidades em várias partes do país. Isso contribuiu para a melhoria das condições de vida de muitos brasileiros e reduziu a desigualdade de renda em certa medida. Além disso, o governo brasileiro canalizou parte das receitas das exportações de commodities para programas sociais, como o Bolsa Família, fortalecendo o impacto positivo dessas políticas na sociedade.

A diplomacia multilateral liderada pelo governo Lula não apenas fortaleceu as relações internacionais do Brasil, mas também contribuiu para o desenvolvimento econômico e a redução da desigualdade social. Essa abordagem permitiu ao Brasil se posicionar como um ator global relevante e atrair investimentos estrangeiros, promovendo o crescimento econômico.

No entanto, desafios e complexidades também surgiram em meio a essas relações internacionais. A dependência de commodities e as flutuações nos preços globais tiveram um impacto nas finanças do Brasil, destacando a necessidade de diversificação econômica.

REFERÊNCIAS

ANGARÍTA, D. F. L. (2006) **Level of international reserves and exchange risk in Colombia**. Revista de Economía institucional, v. 8, n. 15, 2nd Sem. 2006.

AMORIM, Celso. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura OPSA**, v. 4, p. 12, 2005.

AMORIM, Renato. Análise Sumária do comércio entre Brasil e China. Disponível em: . Acesso em: 15 setembro de 2023.

BANCO MUNDIAL; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Conhecimento e inovação para a competitividade. Brasília, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009. **Relatório de Inflação**. Copom, Brasília, v.11, n. 2. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2009/06/ri200906P.pdf>> Acesso em: 17 de abril de 2023.

BARBOSA, L. G. C. **O governo Lula e a política econômica brasileira: Continuidade ou ruptura?**. Revista Todavia, Rio Grande do Sul, n. 4, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/revistatodavia/Ed.%204%20-%20Artigo%203.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: 10 anos de governos pósneoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013. P. 69 – 109.

BARROS, R. P. D., CARVALHO, M. D., FRANCO, S., & MENDONÇA, R. S. P. D. A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. 2007.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda recente**. Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília. v. 1, p. 15 – 19, 2006. ISBN: 8586170879.

BARROS, T. S.; OLIVEIRA, F. P. **Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010)**. v.35, n. 5, p. 8 – 15. 2014. Disponível em: <https://revistaespacios.com/a14v35n05/14350408.html> Acesso em 28 de Abril de 2023.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O que esperar das relações Brasil-China**,2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400004> Acesso em: 20 maio 2023.

BECARD, PLATIAU E OLIVEIRA. **O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS**, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100081&lang=pt> Acesso em: 20 maio 2023.

BERG, Andrew; OSTRY, Jonathan David. **Inequality and unsustainable growth: Two sides of the same coin?. International Monetary Fund**, 2011.

BIANCARELLI, André et al. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. n. 19. p. 41. 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/617/1/Desafios%20Desenvolvimento%20Brasileiro%20-%20CGEE%20-%202013.pdf> Acesso em:30 de abril de 2023.

BRASIL. (9 de jan de 2004). LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Fonte: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de, 2008**.

CAMMACK, P. (2002) “Attacking the poor”. *New Left Review*, 13, p. 125-134, Jan.-Feb.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. 2013.

CARDOSO JR, Celso; MUSSE, Juliano Sander. Salário mínimo e desenvolvimento: desdobramentos de uma política de valorização real no Brasil. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 2, p. 1-19, 2014.

CARVALHO, Everton F. de; LEPIKSON, João A. P.; **Uma Breve Análise Crítica das Políticas Fiscal e Monetária do Governo Lula**. Disponível em: <<http://www.nec.ufba.br>>. Acesso em: 29 de Abril de 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MOSTAFA, Joana; HERCULANO, Pedro. **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. 2011.

CAVALCANTI, Marco Antônio F. de H.; VONBUN, Christian. **Reservas internacionais ótimas para o Brasil: uma análise simples de custo-benefício para o período 1999-2007**. *Economia Aplicada*, v. 12, p. 463-498, 2008.

DE HOLANDA BARBOSA, Fernando. **O banco central no governo Lula**. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 7, 2011.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. *Revista de economia contemporânea*, v. 7, n. 2, 2003.

FAGNANI, E. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. *SER Social*, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 54–58, 2011. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12682. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682. Acesso em: 03 de Abril de 2023.

FECOMÉRCIOSP. **Radiografia do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br>>. Acesso em: 24 de Abril de 2023.

FREITAS, R. de C. M. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, 2007.

GROSH, M. ET AL. (2008). **For Protection and Promotion: the design and implementation of effective safety nets.** Nueva York: The World Bank

JUNIOR, W. M. **O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010).** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal do Pará. Pará. v. 24, n. 1, p. 213-233. 2019. DOI. 10.1590/s1414-407720190001000012.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** Elsevier, 2012.

LAZARINI, W. S. et al. **Políticas de saúde no Brasil: uma análise a partir dos projetos financiados pelo Banco Mundial durante os governos Lula e Dilma.** Saúde e Sociedade. Universidade Federal do Espírito Santo Departamento de Enfermagem. Espírito Santo. V 30, p 4 - 8. 2021.

LESBAUPIN, I. **Governo Lula: o governo neoliberal que deu certo?** Rio de Janeiro, 2006. Paper.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos.** Fundação Alexandre de Gusmão. P. 338. 2016. ISBN 978-85-7631-62-5. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>. Acesso em 20 Maio 2023.

LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das Famílias Brasileiras no Sistema Financeiro Nacional: O Impacto de Indicadores Macroeconômicos.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

MEDEIROS, C. **Distribuição de renda como política de desenvolvimento.** CASTRO, A. C. (Org.). Desenvolvimento em debate. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Socia.

Rio de Janeiro. V. 3, P. 193-198. 2002. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11974>.

MEZA, Raúl Bernal, **International in the Lula era**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300012&lang=pt>. Acesso em 31 maio 2023.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio et al. **Resistência democrática e direitos sociais: o papel da reserva internacional para financiar o SUS**. p. 7. 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** Rev. Bras. Polít. Int. 53 (2): 88-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/05.pdf>>. Acesso em: 30 maio de 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20**. Revista brasileira de política internacional, v. 48, p. 55-69, 2005.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. In: EVANS, P. B.; JACOBSON, H. K.; PUTNAM, R. D. (Ed.). Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 431-468.

POCHMANN, Marcio. 2014. **O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo Editorial.

PRATES, Daniela Magalhães **A inserção externa da economia brasileira no governo Lula**. Política Econômica em Foco, São Paulo, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.

RIBEIRO, M. G. **Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010**. Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro. v. 33, n. 2, p. 237–256, 2016. DOI. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/935>.

Rosito, Tatiana. **“Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras”**. In: Lima, Sérgio Eduardo Moreira (Org). Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>. Acesso em 22 set. 2022.

RUBIM, A. A. C. **Políticas Fiscal e Monetária do Governo Lula**. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br>. Acesso em: 28 de Março de 2023.

SILVA, C. B. **Agenda social e política externa: fome e segurança alimentar no governo Lula da Silva (2003-2010)**. p. 6 – 12. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

SLOMP, Jerusa Z. F. **Endividamento e Consumo**. Revista das Relações de Consumo. Caxias do Sul. p. 109-131. 2008.

VENTURA, Rodrigo. **Mudanças no Perfil do Consumo no Brasil: Principais Tendências nos Próximos 20 Anos**. Macroplan. Ago. 2010.
